

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
GABINETE DO PREFEITO

REGISTRADO SOB N. 1.516/2001

AS. FLS. m.º 109 v.º 110

LIVRO N. 95

E: 29 / 01 / 2009

Herãmica

FUNCIONÁRIO

LEI N.º 1.516/2001
DE 06 DE SETEMBRO DE 2001

Disciplina a abertura e o funcionamento de novos estabelecimentos de comércio farmacêutico, de drogas, medicamentos, insumos e correlatos no Município de Palmeira dos Índios adotando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS, ESTADO DE ALAGOAS.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A abertura ou instalação de novos estabelecimentos de comércio farmacêutico, de drogas, medicamentos, insumos, correlatos, deverá respeitar a distância mínima de 500 (quinhentos) metros de raio, em relação a estabelecimentos similares já instalados.

Parágrafo Único – Para efeito desta Lei, os estabelecimentos citados no caput deste artigo compreendem as farmácias, as drogarias, alopáticas, homeopáticas e de manipulação.

Art. 2º - As regras ora dispostas não se aplicam aos estabelecimentos definidos no Parágrafo Único do Art. 1º, já instalado na data de publicação da Lei, extensivas aqueles que, na mesma data, comprovem se encontrar com o processo de instalação em tramitação.

Parágrafo Primeiro - A comprovação do disposto neste artigo será efetivada mediante apresentação, pelo interessado, de documento original da Junta Comercial, devidamente datado e chancelado.

Parágrafo Segundo – As disposições deste artigo são extensivas a todos os estabelecimentos definidos neste artigo, ainda que venham a sofrer alterações em razão social.

Art. 3º - Os estabelecimentos de comércio farmacêutico, de drogas, medicamentos, insumos e correlatos, que não se enquadrem nas disposições desta Lei, terão regras próprias, em conformidade com a legislação municipal pertinente.

Parágrafo Único – Incluem-se no disposto neste artigo as drogtoras, lojas de conveniências, lojas em shoppings centers e postos de medicamentos.

Art. 4º - Os casos não previstos nesta Lei serão resolvidos mediante instauração de processo administrativo, em conformidade com a legislação urbanística em vigor.

Parágrafo Único – Na hipótese definida no caput deste artigo, sem prejuízo das atribuições próprias do Município, assegurar-se-á a participação de entidade de classe varejista e do Conselho Regional de Farmácia, que emitirá parecer.

?

MM

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
GABINETE DO PREFEITO

Art. 5º - Na hipótese de descumprimento parcial ou total das disposições desta Lei, sujeitar-se-á o infrator a cassação do alvará de funcionamento, fechamento do estabelecimento e multa a ser aplicada em conformidade com as disposições legais aplicáveis à matéria.

Art. 6º - Os estabelecimentos definidos no Art. 1º, a serem instalados a partir da publicação desta Lei, deverão dispor de Certidão de Localização, emitida pelo órgão competente do Município comprovando, de acordo com laudo topográfico, a distância mínima de 500 (quinhentos) metros de raio, em relação a estabelecimentos similares.

Parágrafo Segundo – O laudo topográfico emitido por profissional liberal não integrante do quadro de pessoal do Município, terá que ser necessariamente confirmado pela fiscalização deste.

Art. 7º - A emissão de laudo topográfico sem observância das condições definidas nesta Lei, determinará a responsabilização administrativa, civil e criminal do agente que lavrar ou confirmar o referido laudo.

Art. 8º - No prazo de até 30 (trinta) dias após a publicação desta Lei, caberá ao Poder Executivo, expedir regulamento à aplicação desta.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios, em 06 de setembro de 2001.


ALBERICO CORDEIRO
PREFEITO


RICARDO BEZERRA VITÓRIO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO